



A ascensão econômica dos BRICS e o surgimento de uma nova institucionalidade internacional

Palavras-chave: BRICS, economia internacional, instituições multilaterais

Proponente: Matheus Tafner Perondini. RA 205159

Orientador: Prof. Roberto Alexandre Zanchetta Borghi

Introdução

Os países periféricos enfrentam desafios significativos em seus processos de desenvolvimento dentro da atual ordem mundial, predominantemente organizada pelos países centrais e suas instituições. Em resposta a esses desafios, emergem iniciativas e arranjos institucionais no chamado Sul Global. Entre essas iniciativas, destacam-se os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), um grupo de países que têm apresentado notável crescimento econômico desde o início do século XXI e possuem certo potencial para superar as barreiras ao desenvolvimento impostas pela ordem estabelecida.

A ascensão dos BRICS pode ser compreendida à luz das transformações históricas do sistema econômico global. A conferência de Bretton Woods em 1944 estabeleceu um novo sistema de pagamentos internacionais, substituindo o padrão-ouro pelo dólar como moeda de referência e criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essas instituições foram projetadas para estabilizar o sistema monetário global, mas a hegemonia dos Estados Unidos dentro dessas instituições levou a uma ordem mundial que favorecia os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento (Eichengreen, 2019).

A crise do sistema de Bretton Woods na década de 1970 e a subsequente liberalização financeira aumentaram a vulnerabilidade dos países periféricos a choques econômicos e financeiros. Diante disso, novas alternativas baseadas em mudanças nas atuações do FMI foram estabelecidas, em contrapartida com o objetivo quando este foi criado durante os acordos de Bretton Woods, o qual era voltado para a reestruturação dos países desenvolvidos após a Segunda Grande Guerra. Com o declínio do sistema de Bretton Woods, o foco muda para o desenvolvimento dos países periféricos. Dessa maneira, condicionalidades foram criadas como condições para a obtenção de empréstimos. Os países desenvolvidos serviam como fornecedores de recursos financeiros, enquanto os subdesenvolvidos com déficit no balanço de pagamentos eram os tomadores desses empréstimos. Contudo, na economia destes, encontravam-se problemas mais profundos e estruturais, para os quais as condicionalidades do FMI poderiam agravar suas dificuldades. O papel do Fundo passa para a ser o de orientador de estratégias de desenvolvimento, mesmo tendo sido criado como estabilizador macroeconômico internacional. Além de não possuir qualificações adequadas para a nova posição assumida, possui forte componente ideológico nas tentativas de orientar o desenvolvimento, ao recomendar um conjunto de políticas econômicas mais austeras sem considerar as especificidades dos países, componente este fortemente influenciado pelos países do Norte Global, em detrimento da posição subordinada dos países do Sul Global (Carvalho, 2004).

Segundo Tavares (1997, p.28), "o fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico financeiro e político ideológico de seus parceiros e adversários". A hegemonia norte-americana é manifestada ainda nas instituições multilaterais do novo esquema centro-periferia, marcada por assimetrias monetárias e financeiras desse sistema, responsáveis pela maior vulnerabilidade dos países emergentes, reféns do fluxo externo de capitais e inseridos marginalmente nos fluxos de capitais globais. Dessa maneira, estes países se tornam suscetíveis a choques financeiros e monetários, intrínsecos ao sistema monetário e financeiro internacional regido pelos EUA, apoiados, por sua vez, pelas instituições multilaterais internacionais desde o colapso de Bretton Woods (Prates, 2005).

Este cenário instigou a busca por novas formas de organização e cooperação entre os países em desenvolvimento. Na virada do século XX para o XXI, emergiram grandes economias como Brasil, Rússia, Índia e China, que posteriormente se formalizaram como BRICS com a inclusão da África do Sul. Este bloco tem mostrado uma capacidade significativa de desafiar a ordem econômica estabelecida e propor alternativas que promovam um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo (Stuenkel, 2015).

Diante do cenário político-econômico atual, com a crescente influência da China e dos demais países-membros dos BRICS, a pesquisa teve como objetivo geral compreender e analisar os BRICS por meio de sua crescente institucionalidade, investigando como esse grupo se manifesta frente à ordem liberal preestabelecida liderada pelos Estados Unidos. A pesquisa partiu da premissa de que os países periféricos enfrentam desafios significativos impostos pela ordem mundial estabelecida pelas instituições dominadas por países centrais. Especificamente, buscou-se analisar a dinâmica econômica dos países do grupo, destacando elementos que indicam sua crescente força geopolítica no plano internacional, bem como as iniciativas institucionais de cooperação dos BRICS, suas funções, objetivos e implementação, evidenciando como essas iniciativas têm contribuído para uma nova institucionalidade no cenário internacional. Além disso, a pesquisa procurou entender, através de dados e uma perspectiva histórica, como os BRICS têm provocado mudanças no *status quo* da ordem liberal, desafiando a hegemonia do dólar e a influência das instituições multilaterais tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Metodologia

A pesquisa foi dividida em três partes principais para alcançar os objetivos propostos. Primeiramente, foi realizada uma análise detalhada dos países-membros dos BRICS, utilizando indicadores de crescimento econômico, população e território. Em seguida, foram examinadas as instituições relacionadas aos BRICS, focando nos seus objetivos e nas medidas adotadas no cenário internacional. Por fim, investigou-se como os BRICS, enquanto grupo político, se mobilizaram como uma alternativa à ordem liberal liderada pelos Estados Unidos. A metodologia combinou uma perspectiva histórica com um extenso levantamento bibliográfico, incluindo relatórios de órgãos internacionais, artigos científicos, livros acadêmicos, textos oficiais e notícias relevantes sobre o tema. A coleta e análise de dados de fontes oficiais, como o *World Development Indicators* do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), permitiram uma análise comparativa das economias do bloco, utilizando indicadores econômicos e sociais como PIB, fluxos comerciais e investimentos bilaterais.

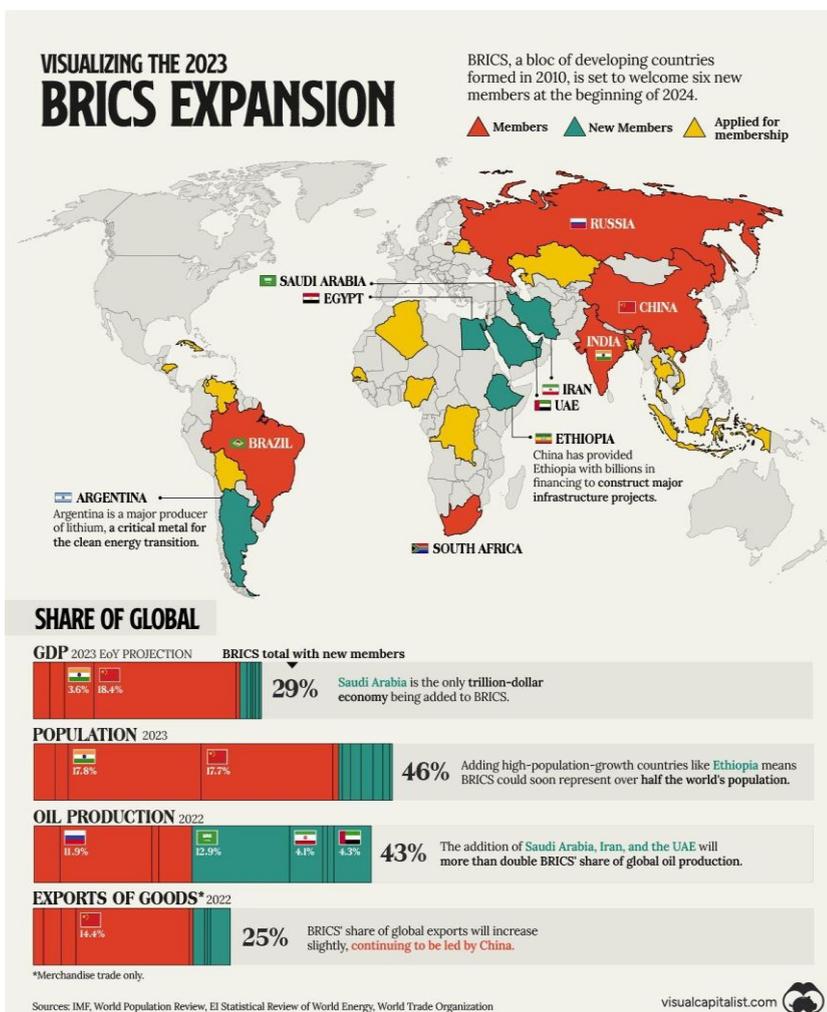
Adicionalmente, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a hegemonia dos Estados Unidos e do dólar americano, destacando o papel dessas forças na ordem econômica global. Investigou-se o surgimento e fortalecimento dos BRICS como resposta a essa hegemonia, enfatizando as estratégias e políticas adotadas pelos países do bloco para promover uma nova institucionalidade no Sul Global. O levantamento de dados sobre as economias dos BRICS permitiu avaliar o impacto econômico e a sustentabilidade das iniciativas promovidas pelo grupo, compreendendo as dinâmicas internas e sua influência no cenário internacional.

Resultados e discussões

Nos encontros da 4^a, 5^a e 6^a cúpulas dos BRICS em Nova Délhi, Durban e Fortaleza, respectivamente, os líderes do BRICS decidiram fundar o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e um Arranjo Contingente de Reservas (CRA), os quais firmaram elos sem precedentes entre os governos dos cinco Estados-Membros. A criação do NBD e do CRA foi um grande marco para os BRICS e pode ser interpretado como a etapa inicial de uma cooperação financeira institucionalizada, já que, até 2014, o grupo era caracterizado pela ausência de normas vinculativas. O NBD e o CRA, segundo Armijo (2017), visam oferecer alternativas ao financiamento e à estabilidade monetária fora das tradicionais instituições ocidentais, reduzindo a dependência dessas estruturas econômicas tradicionais e criando uma ordem mais equitativa que atenda melhor às especificidades dos países-membros. Essas iniciativas permitem aos países dos BRICS maior autonomia e capacidade para lidar com desafios econômicos específicos, sem depender das rigorosas condicionalidades impostas por instituições financeiras ocidentais, fortalecendo a cooperação e a estabilidade econômica dentro do bloco.

Diante disso, a China desempenha um papel central, não apenas devido ao seu peso econômico, mas também por sua capacidade de promover novas instituições e mecanismos de cooperação. Assim, "... o Estado chinês não descuidou do desenvolvimento de um sistema científico e tecnológico soberano que ultrapassou os limites de uma economia complementar ao poder ultramarino estadunidense. Estruturou um setor estatal vinculado à indústria pesada,(...). Reorientou sua política externa, reforçando os laços com a Rússia, a África e a América Latina para a construção de um espaço geoeconômico e geopolítico que se projete para a Eurásia e o Sul global, afirmando o multilateralismo como poder internacional e princípio organizativo" (Martins, 2024, p.12).

Os BRICS têm desempenhado um papel crucial na economia global, representando cerca de 25,7% do PIB mundial em 2022, segundo dados do *World Development Indicators* de 2022 (em dólares correntes), considerando apenas os 5 países "originais" do bloco, sendo que, sozinha, a China representa 18% do PIB global. A expansão do bloco demonstra a importância estratégica e econômica dos BRICS e sua capacidade de atrair outras nações em desenvolvimento. Este fenômeno é fundamental para compreender as dinâmicas de poder no cenário internacional contemporâneo (Hooijmaaijers, 2021). Ademais, estes 5 países sozinhos representam 40,9% da população mundial, segundo a mesma fonte de dados, além de 29,5% das terras do planeta.



Os recentes desenvolvimentos, como a expansão do bloco para incluir Etiópia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Irã e Arábia Saudita em 2023, evidenciam a crescente relevância deste grupo no cenário econômico global. Este movimento não só reflete a capacidade de atração dos BRICS, mas também indica uma tendência de reorganização das forças econômicas globais (BRICS Summit, 2023). A inclusão desses novos membros demonstra o potencial dos BRICS para formar uma coalizão mais ampla de países emergentes, aumentando sua influência e capacidade de moldar as políticas econômicas globais.

Acerca disso, com a nova formação, o bloco representa cerca de 28,3% do PIB mundial em 2022, segundo dados do Banco Mundial, tornando-se mais expressivo e representativo do que era antes dos novos membros. Ademais, os países apresentam

importância geoestratégica pelo tamanho territorial e populacional, como também, por exemplo, pelo controle do Canal de Suez, no Egito, pela Arábia Saudita se constituir como um dos maiores produtores de petróleo do mundo, com mais de 11 milhões de barris por dia, além dos Emirados Árabes Unidos e do Irã, que também estão entre os maiores produtores de petróleo no mundo, representando cerca de 43% da produção de petróleo em 2023.

Fonte: Visual Capitalist

A institucionalidade alternativa criada pelos BRICS, como o NBD e o CRA, oferece novas formas de cooperação financeira e desenvolvimento sustentável. Esta abordagem busca fornecer aos países em desenvolvimento maior autonomia e capacidade de lidar com suas necessidades econômicas específicas (Luo & Yang, 2021). As instituições têm objetivos complementares e representam iniciativas importantes para ampliar a influência dos países do BRICS na ordem monetária e financeira internacional, sem, no entanto, buscar necessariamente uma ruptura com a ordem existente.

O NDB foi estabelecido com o objetivo de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Com um capital inicial de US\$ 100 bilhões, o banco busca oferecer uma alternativa às instituições financeiras ocidentais. O capital inicial subscrito foi de US\$ 50 bilhões, dos quais US\$ 10 bilhões foram integralizados e US\$ 40 bilhões constituem capital exigível. Um dos princípios fundamentais do NDB é a igualdade entre os membros fundadores, garantindo a cada país uma participação igualitária no voto e na governança do banco (Carvalho; Freitas; Godoy; Gomes, 2015).

Já o CRA foi criado como um mecanismo de proteção financeira para os países dos BRICS, oferecendo um fundo de reserva de US\$ 100 bilhões para mitigar possíveis crises de liquidez e enfrentar pressões no balanço de pagamentos. Diferente do NDB, o CRA é um mecanismo mais cauteloso, exigindo que os países-membros mantenham um acordo com o FMI para acessar uma parcela significativa dos recursos. Essa exigência reflete uma estratégia de prudência, especialmente por parte da China, em relação aos outros membros dos BRICS. (Carvalho; Freitas; Godoy; Gomes, 2015).

Na XII cúpula do BRICS em 2020, foram estabelecidos acordos importantes que reforçaram o comprometimento do grupo com o multilateralismo e o desenvolvimento sustentável. A adoção da Parceria Econômica do BRICS 2020, com diretrizes para 2021 a 2025, visa aprimorar a cooperação em áreas como comércio, investimento, finanças, economia digital e desenvolvimento sustentável. Esses esforços refletem a busca dos BRICS por uma ordem econômica global mais equilibrada, que considere as especificidades dos países em desenvolvimento.

Um exemplo notável desse movimento é a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China, que tem como objetivo revitalizar as antigas rotas comerciais ligando a Ásia à Europa e à África. Envolve a construção de infraestrutura, como portos, ferrovias e estradas, facilitando o comércio e a conectividade entre os países participantes. Essa iniciativa fortalece os laços comerciais entre os países membros e também promove a cooperação cultural e tecnológica. No contexto dos BRICS, a BRI complementa os objetivos de alguns países do grupo, das regiões explicitadas, ao promover o desenvolvimento econômico e a integração regional. (Carvalho; Veras; Steenhagen, 2023.)

O Brasil, como um dos membros fundadores dos BRICS, tem aproveitado as oportunidades proporcionadas por essa cooperação internacional. Projetos de infraestrutura no Brasil, financiados pelo NDB, incluem iniciativas de energia renovável e melhorias em logística e transporte. Essas iniciativas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país, ajudando a diversificar sua matriz energética, criar empregos e melhorar a competitividade econômica. A participação do Brasil na iniciativa chinesa *Belt and Road* (BRI), embora não formalizada, se beneficia indiretamente através do aumento das trocas comerciais e dos investimentos em infraestrutura promovidos pela iniciativa. Ao fortalecer esses laços, os BRICS e a BRI oferecem alternativas ao modelo econômico tradicional, criando novas oportunidades para o desenvolvimento sustentável dos países periféricos.

Conclusão

No século XXI, o fortalecimento dos BRICS emergiu como resposta significativa à ordem econômica global dominada pelos Estados Unidos e pelas instituições estabelecidas no pós-Segunda Guerra Mundial, como o FMI e o Banco Mundial. A hegemonia americana, consolidada desde a conferência de Bretton Woods, tem favorecido os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, os BRICS surgiram como uma aliança estratégica de países

emergentes que buscavam maior representatividade e autonomia no cenário internacional. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) ilustra essa busca dos BRICS por uma nova institucionalidade, oferecendo alternativas às tradicionais instituições financeiras ocidentais, as quais visam promover a cooperação econômica e financeira entre os países-membros, permitindo-lhes enfrentar desafios econômicos específicos de maneira mais eficaz e fortalecer suas economias.

As cúpulas entre os membros dos BRICS e a recente expansão do grupo para incluir novos países reforçam ainda mais essa dinâmica. As reuniões periódicas e os fóruns de diálogo têm sido essenciais para consolidar a cooperação e desenvolver políticas conjuntas que atendam melhor às necessidades dos países em desenvolvimento. Além disso, o papel crescente dos BRICS no comércio internacional, na inovação tecnológica e nas questões ambientais destaca a importância de um modelo de cooperação que busca um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. O fortalecimento dos BRICS reflete não apenas a ascensão econômica desses países, mas também seu papel ativo na busca pela redefinição da ordem econômica global.

Para o Brasil, membro fundador do NDB e do CRA, as implicações são substanciais. Através dessas instituições, o Brasil tem acesso a recursos financeiros significativos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, essenciais para seu crescimento econômico e metas de desenvolvimento. A participação ativa do Brasil nessas instituições fortalece seu papel estratégico e sua influência no cenário global emergente. A rede de segurança financeira proporcionada pelo CRA melhora a estabilidade econômica do país em tempos de choques externos, reduzindo sua dependência das tradicionais instituições financeiras ocidentais. Assim, ao engajar-se ativamente nas iniciativas dos BRICS, o Brasil não só garante benefícios tangíveis em termos de desenvolvimento e estabilidade, mas também reforça sua posição como um ator-chave na nova ordem econômica global.

Referências Bibliográficas

- Armijo, L. E. (2017). *The BRICS and Collective Financial Statecraft*. Oxford University Press.
- BRICS Summit. (2023). *BRICS Summit 2023: Expansion and Future Directions*.
- Carvalho, C. E.; Freitas, W. D.; Godoy, L. P. C.; Gomes, N. F. (2015). *O banco e o arranjo de reservas do Brics: iniciativas relevantes para o alargamento da ordem monetária e financeira internacional*.
- Carvalho, E. M.; Veras, D.; Steenhagen, P. (2023). *A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio.
- CORECON-RJ. *China*. In: *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 2024.
- CORECON-RJ. *O Brasil e os BRICS*. In: *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 2023.
- Eichengreen, B. (2019). *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton University Press.
- Luo, H.; Yang, L. (2021). *Equality and Equity in Emerging Multilateral Financial Institutions: The Case of the BRICS Institutions*. *Global Policy*, 12(4), 482-508.
- Stuenkel, O. (2015). *The BRICS and the Future of Global Order*. Lexington Book.
- Tavares, M. C. (1997). *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 27-53. Também na *Revista de Economia Política*, Vol. 5, No. 2, abril/junho, 1985.
- World Bank. *World Development Indicators*. 2022